



INTER
FACES
CIENTÍFICAS

EDUCAÇÃO

ISSN IMPRESSO 2316-333X

E-ISSN 2316-3828

DOI-10.17564/2316-3828.2019v7n2p35-46

INTELECTUAIS E IMPRESSOS EDUCACIONAIS NO BRASIL

O DISCURSO DE OLAVO DE BILAC NA REVISTA “A ESCOLA” E O PAPEL DO PROFESSOR

THE DISCOURSE OF OLAVO DE BILAC IN THE MAGAZINE “A ESCOLA” AND THE TEACHER’S FUNCTION

EL DISCURSO DE OLAVO BILAC EN LA REVISTA “ESCUELA” Y EL PAPEL DEL PROFESOR

Nilvan Laurindo Sousa¹
Vera Lucia Martiniak³

Lucia Mara de Lima Padilha²

RESUMO

Dada à relevância da imprensa e a sua crescente produção científica no campo da História da Educação este texto tem como objetivo analisar como a imprensa paranaense difundiu e enfatizou o papel do professor na difusão dos ideais liberais. Definiu-se como fonte primária o discurso proferido por Olavo Bilac na Revista A Escola no ano de 1921. Ao analisar o discurso de Bilac aliado aos princípios da doutrina liberal buscou-se salientar que os pressupostos ideológicos influenciaram a organização da sociedade brasileira na primeira República. Essa influência deu-se principalmente no setor educacional, o qual é um dos responsáveis pela transmissão e manutenção da ideologia dominante. Buscou-se um referencial teórico-metodológico que possibilitasse a

compreensão de algumas categorias fundamentais para a análise sobre o papel da imprensa, tais como: sociedade, ideologia e professor. O referencial teórico pautou-se em autores como Dermeval Saviani (1983, 2005, 2006 e 2008), Karl Marx (1979) e Carvalho (1989). Constatou-se que o projeto da revista “A Escola” não se direcionava ao propósito emancipador dos sujeitos, coube a educação neste projeto republicano o papel de naturalizar as desigualdades e a manutenção delas.

PALAVRAS-CHAVE

Educação. Professores. Imprensa. Olavo Bilac.

ABSTRACT

Given the relevance of the press and its growing scientific production in the field of History of Education, this text aims to analyze how the Paraná press disseminated and emphasized the role of the teacher in the diffusion of liberal ideals. The speech given by Olavo Bilac in the magazine *A Escola* in 1921 was defined as a primary source. When analyzing the discourse of Bilac allied to the principles of the liberal doctrine, it was pointed out that the ideological presuppositions influenced the organization of the Brazilian society in the first Republic. This influence was mainly in the educational sector, which is responsible for the transmission and maintenance of the dominant ideology. We sought a theoretical-methodological framework that would enable us to understand some categories

that are fundamental for the analysis of the role of the press, such as society, ideology and teacher. The theoretical framework was based on authors such as Dermeval Saviani (1983, 2005, 2006 and 2008), Karl Marx (1979) and Carvalho (1989). It was verified that the project of the magazine “The School” was not directed to the emancipating purpose of the subjects, it was the education in this republican project the role of naturalizing the inequalities and the maintenance of them.

KEYWORDS

Education. Teachers. Press. Olavo Bilac.

RESUMEN

Debido a la relevancia de la prensa y su creciente producción científica en el campo de la Historia de la Educación, este texto tiene como objetivo analizar cómo la prensa del Paraná difundió y enfatizó el papel del profesor en la difusión de los ideales liberales. Se definió como fuente primaria el discurso proferido por Olavo Bilac en la Revista *La Escuela* en el año 1921. Al analizar el discurso de Bilac aliado a los principios de la doctrina liberal se buscó resaltar que los presupuestos ideológicos influenciaron la organización de la sociedad brasileña en la primera República. Esta influencia se dio principalmente en el sector educativo, el cual es uno de los responsables de la transmisión y mantenimiento de la ideología dominante. Se buscó un referencial teórico-metodológico que posibilite

la comprensión de algunas categorías fundamentales para el análisis sobre el papel de la prensa, tales como: sociedad, ideología y profesor. El referencial teórico se basó en autores como Dermeval Saviani (1983, 2005, 2006 y 2008), Karl Marx (1979) y Carvalho (1989). Se constató que el proyecto de la revista “La Escuela” no se dirigía al propósito emancipador de los sujetos, cupo a la educación en este proyecto republicano el papel de naturalizar las desigualdades y el mantenimiento de ellas.

PALABRAS CLAVE

Educación. Profesores. Prensa. Olavo Bilac.

1 INTRODUÇÃO

Com a proclamação da república no país ocorreu a difusão dos ideais liberais e juntamente, a sensação de liberdade, ao menos para a elite, que orientava a livre circulação de ideologias que impulsionavam a proliferação por meio de inúmeros periódicos como revistas, jornais e boletins. Neste estudo entende-se ideologia enquanto processo em que as ideias da classe dominante se tornam preponderantemente, as ideias de todas as classes sociais (MARX; ENGELS, 1979).

Para a ideologia que sustentava o novo regime, a educação constituiu-se como um dos instrumentos eficientes para a construção do Estado republicano “democrático”, um regime político que se definia como sendo do “povo” e para o “povo”. Deste modo necessitava de uma “sólida” organização escolar capaz de oferecer uma formação política, mais completa possível, a todos os cidadãos. No discurso do novo regime, o povo passou a ter um “papel político” como “dirigente” do Estado, o qual tem como interesse e dever a difusão da educação popular (REIS FILHO, 1995).

Todavia a educação foi vista como um serviço que exigiu grande dispêndio de recursos, sendo difícil a expansão da rede escolar com quantidade e qualidade de ensino para atender a crescente necessidade da população. As escolas particulares só podiam assumir quando contava com uma clientela economicamente capaz de “[...] retribuir com taxas compensadoras”, porém, a maioria da população era carente do ponto de vista educacional e também de recursos econômicos (REIS FILHO, 1995, p. 204).

Pautada nestas considerações optou-se em adotar a imprensa como fonte de pesquisa, partindo do entendimento de que os periódicos que circularam no país se tornaram uma importante ferramenta para os intelectuais¹ que a utilizaram para propagar e defender suas ideias. A utilização da imprensa enquanto objeto de pesquisa se constitui em diferentes fontes de informação o que possibilita um corpus de fontes documentais pouco estudados até então (PASQUINI; TOLEDO, 2014).

Dada à relevância da imprensa e a sua crescente produção científica no campo da História da Educação elegeram-se como questão norteadora da pesquisa a seguinte indagação: como a imprensa paranaense difundiu e enfatizou o papel do professor na difusão dos ideais liberais? Para tanto, elegeram-se como fonte primária o discurso proferido por Olavo Bilac na Revista A Escola no ano de 1921. Ao analisar o discurso de Bilac aliado aos princípios da doutrina liberal buscou-se salientar que os pressupostos ideológicos influenciaram a organização da sociedade brasileira na primeira República. Essa influência deu-se principalmente no setor educacional, o qual é um dos responsáveis pela transmissão e manutenção da ideologia da classe dominante.

Para a efetivação do estudo buscou-se um referencial teórico-metodológico que possibilitasse a compreensão de algumas categorias fundamentais para a análise sobre o papel da imprensa, tais como: sociedade, ideologia e professor. O referencial teórico pautou-se em autores como Dermeval Saviani (1983, 2005, 2006 e 2008), Karl Marx (1979) e Carvalho (1989).

O texto apresenta uma reflexão acerca dos princípios liberais e a sua incorporação no Brasil, enquanto país periférico do capitalismo internacional, que sofreu influência cultural e absorveu as ideologias difundidas nas sociedades hegemônicas. Posteriormente, discute-se a Revista “A Escola”² como periódico que se destacou na imprensa paranaense enquanto instrumento estratégico dos intelectuais para difusão e formação dos professores. Mais especificamente, destacam-se excertos do discurso de Olavo Bilac no texto publicado em 25 de maio de 1921 no qual enfatiza o papel do professor de forma coerente com o discurso do Estado republicano.

2 A DIFUSÃO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO PERÍODO REPUBLICANO

Com a reorganização do Estado e a promulgação da Constituição em 1891, a instrução pública mereceu

² Por se tratar de fonte primária os excertos do discurso serão reproduzidos com a grafia original com destaque para o texto em itálico.

destaque por parte do governo republicano. A educação tornou-se prioridade como forma de difundir as letras e civilizar a população, pois os ideais que inspiraram a proclamação da República e a organização da nova Constituição estavam apoiados na doutrina liberal. A doutrina liberal se funda nos princípios da individualidade, liberdade, igualdade e democracia.

Diferentemente, da maneira como se formou a doutrina liberal nos países europeus, no Brasil, os ideais liberais da escola “redentora”, promotora de progresso individual, social e econômico, redundou em um sistema educacional que produziu uma elite dominante. Os republicanos atribuíram ao Estado a função de criar e manter escolas nos diversos níveis que teriam a função de preparar o futuro cidadão para que desempenhasse o papel político que o novo regime destinou aos brasileiros.

A educação foi colocada pelos governantes republicanos como a salvação do país, visto que a grande maioria da população, no final do século XIX, era analfabeta, mais precisamente 85% em relação a população total (SAVIANI, 2005). O discurso liberal de escola como promotora de progresso individual favoreceu a ampliação do atendimento educacional, para atender à população analfabeta. Entretanto, as políticas educacionais empreendidas não passaram de tentativas frustradas para sanar o mal do analfabetismo brasileiro.

A institucionalização da educação pública no Brasil se deu com os primeiros grupos escolares nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, criados para atender em um só local de quatro a dez escolas públicas isoladas. A criação destas instituições, nos centros urbanos, foi considerada um marco da modernização educacional paulista pela sua superioridade organizacional e material (SAVIANI, 2006). Os grupos escolares substituíram o caráter multisseriado de aulas da casa-escola³, chamadas também de “[...] primeiras

³ Eram escolas que atendiam a população que vivia à margem das colônias. Funcionavam nas casas dos professores ou, sobretudo nas fazendas, em espaços precários. Tal método consistia em que o professor, mesmo quando tinha vários alunos, acabava por ensinar a cada um deles individualmente. Na verdade, era o método por excelência da instrução doméstica, aquela que ocorria em casa, onde a mãe ensinava aos filhos e às filhas, ou os irmãos que sabiam alguma coisa ensinavam àqueles que nada sabiam

letras, eram classes isoladas ou avulsas e unidocentes, ou seja, regida por um professor, que ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis ou estágios diferentes” (SAVIANI, 2008, p. 172).

Os grupos escolares foram organizados com uma estrutura moderna e arquitetura impetuosa, diferentemente da casa-escola. Eram vistos como uma repartição pública, regida por horários, hierarquias de funções e divisão dos alunos em classes distintas, uma para atender os meninos e outra para atender as meninas. Criados para oferecer a instrução primária, os grupos escolares foram construídos como verdadeiros templos do saber, “[...] encarnavam, a um só tempo, todo um conjunto de saberes, de projetos político-educativos, e punham em circulação o modelo da educação do século XIX: o das escolas seriadas” (FARIA FILHO, 2000, p. 147).

O novo regime também conferiu à escola a tarefa de ensinar os conteúdos cívicos, considerados necessários para a compreensão fundamental dos cidadãos. Os conteúdos cívicos deveriam ser ensinados por meio de um “[...] rol de disciplinas como: História do Brasil, Geografia do Brasil, Economia Política, Educação cívica”, que teriam o papel de ampliar o quadro de informações sociopolíticas indispensável ao exercício da cidadania (REIS FILHO, 1995, p. 204).

As manifestações liberais no Brasil se iniciaram no século XVIII e nos primórdios do século XIX, fase anterior à independência, na qual já haviam eclodido as ideias de liberdade de comércio, liberdade de manifestação do pensamento. Com o Império o liberalismo ganhou novas definições, passando do liberalismo “heroico”, do primeiro momento, para o liberalismo realista⁴ (SOUSA, 2013).

[...] o desvendamento da singularidade da formação social brasileira que permite a compatibilização do discurso liberal típico dos países capitalistas avançados, com os quais se articula economicamente, com uma ordem econômica-social “atrasada” e dependente transformando-o num eficiente instrumento de conservação e reforço dessa situação [...] O ideário liberal

(FARIA FILHO, 2000, p. 140).

⁴ Para maior aprofundamento ver: COSTA (2007).

nacional refletiu e contribuiu para a constituição do capitalismo brasileiro. (XAVIER, 1990, p. 14-15).

Os postulados ideológicos do liberalismo foram incorporados pela classe dominante como resultado da aliança econômica com a burguesia inglesa, após o país libertar-se do colonialismo português. A ideologia liberal no Brasil se manteve fiel na sua totalidade aos princípios do liberalismo europeu, como instrumento de manutenção e controle econômico sobre o continente americano, aqui sendo privilegiado o liberalismo econômico no Brasil.

No projeto de formação do Estado Nacional a educação escolar tinha uma “missão civilizadora”, que era a de padronizar a República, constituída por uma população desigual e complexa. A perspectiva liberal, na pedagogia, se concentrou no esforço de transformar súdito em cidadão⁵ e trabalhador. O civismo e o nacionalismo eram temas constantes e a escola era colocada como uma medida de “profilaxia social” na formação do “homem novo” (NORONHA, 2002, p. 60).

Cabe ressaltar que essa preocupação com a formação do novo homem não se restringiu somente no plano ideológico, mas, sobretudo na organização do espaço urbano. O início do século XX foi um período de intenso desenvolvimento do Paraná e sua capital configurou-se como um espaço de ascensão da burguesia que se consolidou em todo o país. O espaço geográfico da capital do estado se organizou de modo que as residências passaram a refletir as preferências sociais e a condição econômica da classe privilegiada. A elite, uma minoria, construiu palacetes que denotavam a prosperidade oriunda da comercialização da madeira e do mate.

A década que se instaurou a República assinalou a vitalidade da imprensa periódica com o movimento de intelectuais, os quais tiveram nos ideais republicanos e nos princípios liberais a base de sua formação. Os intelectuais deste período imbuídos nos ideais republicanos “repensavam” sua função social e a “missão”

destes perante a sociedade e concluíram que a solução se encontrava na questão educacional. Assim, a educação do povo atrelou-se ao desenvolvimento da nação e para eles era urgente e necessário o processo de nacionalização, industrialização, urbanização, os quais só poderiam ser enfrentados com um projeto educacional que atendesse a população brasileira. Desta forma, o discurso proferido foi que a educação era um meio “privilegiado” para a consolidação da identidade nacional, bem como o desenvolvimento econômico.

Para difundir e defender o discurso salvacionista os intelectuais paranaenses utilizaram a Revista “A Escola” como estratégia para veiculação da opinião de um determinado grupo, em nome da modernização e civilização da sociedade.

3 A REVISTA “A ESCOLA” DE 1921

As informações veiculadas na imprensa fornecem subsídios para a compreensão do contexto, do cenário, dos personagens, dos interesses e das práticas sociais, conduzindo a uma interpretação da realidade evidenciada mediante as contradições presentes na sociedade uma vez que ela apresenta o aparente, invisibilizando as reais condições da maioria da população marginalizada que vivia nos arredores e periferia das cidades.

A educação e o projeto educacional republicano não foram deixados de lado, muito pelo contrário, a imprensa tomou dianteira nas discussões educacionais fundamentadas na ideologia liberal e nos princípios filosóficos do positivismo. Neste contexto a Revista “A Escola” foi um periódico divulgado pelo Grêmio de Professores Público do Paraná, no período de 1906 a 1910, com duração de quatro anos. No início esteve sob a direção de Sebastião Paraná e a partir de julho de 1906 assumiu Dario Vellozo (MARACH, 2007). Esta revista foi divulgadora de métodos e técnicas, modelos e práticas docentes.

O periódico “A Escola” se propôs a ser um mecanismo eficaz, visando a reprodução de uma ideologia vigente e a homogeneização da educação no Estado. Apresentou-se, naquele contexto, como uma estra-

⁵ Terminologia utilizada por Saviani (1983, p. 30) “escola redentora da humanidade” que é a escola convencional e surge com o liberalismo que se propõe converter os “súditos em cidadão”.

tégia de formação de professores uma vez que era insuficiente o número de docentes formados, o que dificultava a implementação do projeto republicano⁶ para a educação no país.

E' por meio da revista que sabe hoje á luz da publicidade que o grêmio encontrará maior facilidade na propáganda dos seus alevantados fins, realizando o estabelecimento real da fraternidade e solidariedade muito anciadas pelos membros do nosso magistério primário. [...]o objectivo, portanto, propugnar pelos interesses da classe e assim cooperar também, ao lado de suas congêneres do paiz, num coeficiente minimo embora, mas com todo o esforço, com todo o sacrificio, com todo o entusiasmo, com toda à energia e com toda a intelligencia, para» a grandeza desta pátria benedicta. (A ESCOLA, 1921, p.1).

A elite intelectual tinha a função de unificar os conceitos para criação de uma “nova cultura”, que não se reduzia apenas a formação de uma vontade coletiva, capaz de adquirir o poder do Estado, mas a difusão de uma “nova” concepção de mundo e de comportamento. Os escritores de “A Escola”, na condição de elite pensante, encabeçaram o projeto educacional republicano que visou moralizar a população, tornando-os não apenas autossuficiente, mas que deviam encaminhar a população para a “civilização”, livrando-a da ignorância e “revelando” a concepção de mundo coerente com a lógica do mundo moderno (SOUSA, 2013).

[...] contando com a colaboração dos espíritos melhor formados do nosso meio social, recebendo do professorado a solidariedade que ‘anima e encoraja, que une e fortifica, que conforta e norteia; o ”Grêmio dos Professores Públicos do Paraná” apresenta hoje, conforme já havia noticiado, esta modestíssima revista, órgão pelo qual dará expansão ás suas ideias, manifestando o seu modo de agir e de pensar. (A ESCOLA, 1921, p. 1).

6 A educação é um processo social de formação de gerações, subsidiada em fundamentos práticos-teóricos de uma dada sociedade, com conteúdo determinado pela produção de suas relações sociais e se expressam num projeto político. Nesse sentido, um projeto de educação para o país pode assumir diferentes conteúdos e objetivos em virtude do movimento histórico (CAVAZOTTI, 2003, p. 68).

Tornou-se fundamental o papel das instituições privadas da sociedade civil como a igreja, escolas, sindicatos, jornais, família e outros, como entidades consolidadoras de uma nova vontade e moral social. Com este intuito, é que alguns professores do Paraná reativaram o seu Grêmio em 1920, na tentativa de dar continuidade as publicações e os princípios ideológicos da revista “A Escola”, interrompida em 1910, publicando uma nova edição em 1921.

Para gerir os destinos do “Grêmio dos Professores Públicos do Paraná” durante o ano de 1921 a’ 1922, foi, em Assembléa Geral, eleita a seguinte Directoria: Presidente; Joaquim Meneleu de A. Torres Vice-Presidente; Heitor Borges de Macedo 1º Secretario; João Carmeliano de Miranda 2º Secretario; Annette C. Macedo Thesoureiro; Carlos Mafra Peãroso , Conselho Fiscal: Presidente: José Valerio Secretario; Francisco Raitani Elvira S. de Oliveira e Membros: Antônio Leoa. da Silva. (A ESCOLA, 1921, p. 23).

Com o firme propósito de unificar o professorado a fim de o tornar forte e respeitado, surgiu o Grêmio dos Professores Públicos do Paraná, “[...] aggremação centralizadora e protectora das energias dessa classe, que, com persistência, esforço e devotamento, ha de trabalhar pelo seu engrandecimento moral, intellectual e civico” (BILAC, 1921, p. 1).

4 O DISCURSO DE OLAVO BILAC E O PAPEL DO PROFESSOR APRESENTADO NA REVISTA “A ESCOLA” DE 1921

O poeta, advogado, jornalista Olavo Bilac foi uma figura de grande representatividade do governo republicano e principal fundador da Liga de Defesa Nacional⁷. Bilac aproveitou-se do grande trânsito que tinha entre as elites civis paulistas para promover o projeto de instrução militar no Brasil como solução para as demandas nacionais.

7 A Liga Nacional foi criada e 1916 com o intuito de defender e elevar a consciência cívica por meio da educação e do serviço militar obrigatório. Tinham a educação como ponto central para a implementação de projetos políticos, para os adultos propunha o serviço militar e para as crianças o escotismo (NASCIMENTO, 2004).

Suas ideias pautavam-se na concepção de “cidadão-soldado” que compreendia o exército e a instrução militar como solução para enfrentar a desordem e os conflitos da sociedade brasileira, bem como a formação de cidadãos aptos para lutar e defender a nação. Por meio do movimento da Liga Nacional buscou-se difundir a “[...] moralização política”, “o voto secreto e obrigatório”, “o combate ao analfabetismo”, “a educação cívica”, “a melhoria da saúde” (BILAC, 1917).

Para Bilac o Brasil passava por uma crise de ordem moral, a qual só poderia ser solucionada por meio de uma educação que propiciasse o civismo e o serviço militar obrigatório no país. Era preciso fortalecer o sentimento de solidariedade nacional, uma vez que o egoísmo, o interesse privado, a ganância e a desestrutura social imperavam.

Bilac foi um forte representante no projeto educacional republicano, teve uma participação efetiva na intencionalidade de dar forma a muitos de seus textos orientando um comportamento de comprometimento do cidadão com os valores cívicos – patrióticos da nação brasileira. Entre 1915 e 1916 Olavo Bilac proferiu uma série de palestras em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba, onde divulgou seu apostolado nacionalista. Seu público compunha-se de estudantes, intelectuais e militares (TAMBARA, 2009).

Olavo Bilac se apresentou como um intelectual que fortaleceu e fundamentou o projeto educacional republicano, configurando-se como garoto propaganda foi prestigiado por onde proferia o discurso em prol do patriotismo e propagação da instrução primária, profissional e militar. Desta forma, um dos textos de Olavo Bilac foi escolhido para fazer a abertura da revista “A Escola” de 1921, prestigiando assim a reedição de publicação da revista após um longo período de ausência de publicação. O texto de Bilac utilizado na abertura da revista foi direcionado aos professores do Paraná, no qual enfatizou o papel messiânico deste profissional.

O professor foi convocado para contribuir e solidificar o novo regime e a educação faria a instrução necessária e o levantamento moral dos cidadãos, era constante o discurso entusiasta pela educação que sintetizava expectativas de controle e modernização

social. O nacionalismo se apresentava como a forma eficaz de valorização da pátria, desta forma “[...] forjou-se um projeto político autoritário: educar era demoldagem de um povo [...] conforme os anseios de Ordem e Progresso de um grupo que se auto-investia como elite com autoridade para promovê-los” (CARVALHO, 1989, p. 9).

Neste período, existiu uma tentativa de valorização do professor e a profissionalização do magistério que se configurou como aspecto significativo das transformações educacionais no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A importância da educação popular, com a República, se apresentou pela representação do professor, quando este passou a ser responsável pela formação do povo, o formador da sociedade, com a missão cívica e patriótica. “Era pelo professor que se poderia reformar a escola e levá-la a realizar as grandes finalidades da educação pública” (SOUSA, 1998, p. 61). Assim, foi se construindo a figura do mestre-escola, a figura do apóstolo da instrução, profissionais de reconhecida competência, conscientes de sua missão, formados pela Escola Normal, considerada um “[...] templo de luz, o viveiro de onde saíria os heróis anônimos da República” (SOUSA, 1998, p. 62).

O periódico “A Escola” atendia aos interesses do Estado para controlar o processo educativo da escola pública, ele se apresentou como um mecanismo capaz de realizar “promoção social”, um meio capaz de reprodução de uma ideologia, visando uma conformação social a serviço de uma elite letrada que mascarou as suas reais intenções, as contradições presentes na sociedade.

À luz da doutrina liberal os indivíduos são os únicos responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso social, destituindo-se a sociedade de qualquer responsabilidade. Portanto, se a autoridade (governo) permite a todos o desenvolvimento de suas potencialidades, cabe ao indivíduo a responsabilidade em conquistar uma posição social vantajosa. Tal posição pode ser atingida pela liberdade individual, sendo condição fundamental para o desenvolvimento das potencialidades individuais. Com isso, o princípio da individualidade está intimamente associado à liberdade.

Esta revista apresentou-se ideologicamente como uma possibilidade de investigação de uma realidade aparente na busca da totalidade dos fatores determinantes ao contexto em que estava imersa, bem como os seus agentes e o projeto educacional que estes defendiam. O periódico, por meio do grupo de editores, via na educação a possibilidade de “civilizar” os cidadãos da República conduzindo-os ao “progresso” da nação. Para este grupo, a escola tinha o papel fundamental de preparar intelectual e moralmente os alunos para que estes assumissem e desempenhassem seu papel na sociedade.

Após 1921 a revista “A escola” apresentava em seu discurso o papel do professor de forma coesa e coerente com o discurso do Estado republicano que o compreendia como representante legal, sendo este a personificação do próprio Estado. Para o pensamento liberal o estado é considerado defensor da propriedade. Dessa forma, o indivíduo proprietário, transfere seus poderes individuais para o Estado, que passa a ser controlado pela maioria. Essa maioria, por meio do consentimento de cada indivíduo, constitui-se uma comunidade, com o poder de ação que se dá por meio da vontade e resolução de seus membros.

No texto veiculado na revista, no dia 25 de maio de 1921, com o título O Professor Primário, Olavo Bilac compara o exercício docente à vocação sacerdotal. Ambos, padres e professores tinham a elevada missão de formar os cidadãos, um por meio da fé e da religião e outro por meio da moral e civismo.

Quando um verdadeiro professor primário sente a completa e clara responsabilidade do seu cargo, a sua alma é invadida de uma anagogia extática, como o arrebatamento de espírito, que, nos primeiros tempos da vida monástica transfigurava o asceta. (BILAC, 1921, p. 2).

O discurso ideológico atribuiu a responsabilidade pela situação do ensino primário aos professores e funcionários, assim o governo desincumbia-se do estado precário e lastimável em que se encontrava a instrução pública primária.

Mais adiante Bilac enfatiza o exercício do professor como vocação e representante da Pátria.

O professor, quando professa, já não é um homem: a sua individualidade annulla-se: elle é a Pátria, visível e palpável, raciocinando no seu cérebro e fallando pela sua boca. [...] Diz-lhe a Pátria quando lhe dá a honra do sacerdócio: E's o representante da minha força e da minha necessidade. (BILAC, 1921, p. 2).

O professor era indispensável para formar o povo por meio de uma educação com a finalidade explícita de criar o espírito nacional, sendo ele elemento fundamental que deveria ser capaz de conduzir a população nacional à “civilização”. Era preciso formar, não o homem que a natureza fez, mas o homem que a sociedade quer que ele seja e a sociedade o formará conforme o interesse do país.

[...] dar-me homens dignos da humanidade, brasileiros dignos do Brasil, cidadãos dignos de mim, Has de dar-me filhos conscientes e disciplinados, e não filhos desnaturados e pérfidos: Elevo-te a este character divino, para que sejas um criador, não um destruidor, – um gerador de patriotas e não um formador de anarchistas. (BILAC, 1921, p. 2).

Para o liberalismo os indivíduos nascem com potencialidades distintas, devendo posicionar-se na sociedade de acordo com sua motivação e não com a posição ocupada pelos pais. Nesse sentido, o papel da escola é disponibilizar as posições na estrutura social, de modo que as diferenças entre os homens não sejam acentuadas, mas que sejam suficientemente motivadas para competir por tais posições. O professor devia instruir e conduzir seus alunos a luz, sem deixar a educação moral, a qual deveria ser contemplada por meio da prática e do exemplo que o professor precisava demonstrar, sua vida deveria ser um modelo de boa conduta. O discurso da revista, por meio de Bilac, associava-se com o discurso do Estado, no qual o professor tinha que anular suas convicções pessoais no exercício do magistério, estabelecendo uma distinção entre a vida privada e a pública.

Lá fora, no teu lar e na tua rua, na tua vida doméstica, e na tua vida política, pôdes ter o teu arbítrio, o teu credo, o teu partido; mas quando aqui entras, quando passas o umbral deste templo és apenas um instru-

mento passivo da minha acção [...] Lá fora, como qualquer dos homens, sem a sagração que te dou, serias apenas um filho meu; mas, aqui, és ao mesmo tempo meu filho e meu pae, criatura do meu corpo e da minha alma, e criador da minha grandeza e do meu futuro! (BILAC, 1921, p. 2).

Para os republicanos era necessário formar um corpo docente que garantisse a transmissão de uma educação coerente com o sistema capitalista que necessitava de homens dóceis, obedientes ao sistema. Para a concretização deste processo, a imprensa foi fundamental na disseminação e consolidação de um modelo de conduta e métodos a serem utilizados, com o objetivo de homogeneizar a educação coerente com o projeto republicano. A imprensa se apresentou como o principal meio de divulgação e disseminação de ideias, palco privilegiado de disputas, de interesses políticos, de legitimidade intelectual. Os jornais se notabilizaram como veículos de uma elite letrada para a elite letrada.

A imprensa se apresentou como um instrumento ideológico a serviço da ordem social vigente e da manutenção das desigualdades, naturalizando-as (SOUZA, 2013). A revista periódica “A Escola” teve um papel fundamental quando se propôs ser uma formadora de opinião para o quadro de professores do Estado, mas, também, no processo de personificar referências de práticas educativas, modelos a serem seguidos, métodos e materiais didáticos a serem utilizados.

5 CONCLUSÃO

Ao utilizar a imprensa como fonte de pesquisa e o discurso veiculado no periódico pretendeu-se analisar o papel da educação no contexto do século XX, a partir da difusão dos princípios da doutrina liberal. Neste texto buscou-se salientar que seus pressupostos ideológicos influenciaram expressivamente a organização da sociedade brasileira na primeira República. Essa influência deu-se principalmente no setor educacional, o qual é um dos responsáveis pela transmissão e manutenção da ideologia da classe dominante.

A educação passou, então, a ser considerada como fator fundamental para o desenvolvimento do país e deveria ser estendida a todas as camadas sociais, para promover o aperfeiçoamento do indivíduo e, conseqüentemente, da sociedade. Entretanto, a instabilidade política vivenciada pelo país nesse período e o domínio das oligarquias regionais acentuaram as desigualdades sociais e prejudicaram uma mudança qualitativa na educação.

A imprensa se apresentou como um instrumento ideológico a serviço da ordem social vigente e da manutenção das desigualdades, naturalizando-as. Sendo assim, foi de fundamental importância a compreensão deste processo uma vez que pode-se encontrar pistas para o desvelamento e percepção da realidade de um dado momento, sendo ela capaz de consolidar práticas sociais, métodos educacionais, capaz de convalidar condutas, legitimar práticas, definir modelos, divulgar anseios, visando com isto um controle da sociedade para melhor atender aos interesses capitalistas.

A revista “A Escola” teve um papel fundamental quando se propôs ser uma formadora de opinião para o quadro de professores do Estado, mas também no processo de personificar referências de práticas educativas, modelos a serem seguidos, métodos e materiais didáticos a serem utilizados. O professor deveria ser o agente capaz de reproduzir a ideologia que o Estado desejava e difundir um conhecimento que não fosse subverter as condições materiais dessa sociedade, mas que a conservasse da forma como se apresentava, ou seja, um processo de alienação a serviço da manutenção das desigualdades e da naturalização dessas.

Não se pode negar que a educação, a ciência e a extensão do conhecimento são fundamentais no processo de formação da consciência. Desta forma, somente pela razão se poderá conseguir esta emancipação humana. Entretanto, o projeto da revista “A Escola” não se direcionava a este propósito emancipador, coube a educação neste projeto republicano o papel de naturalizar as desigualdades e a manutenção delas.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, T. **A província:** estudo sobre a descentralização do Brasil. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.
- BILAC, O. **A defesa nacional** (discursos). Rio de Janeiro: Edição da Liga de Defesa Nacional. 1917.
- BILAC, O. O professor primário. **A Escola**. Curitiba, 1921.
- CARVALHO, M. M. C. **A escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CAVAZOTTI, M. A. **O projeto republicano de educação nacional na versão de José Veríssimo**. São Paulo: Annablume, 2003.
- COSTA, Emilia da Viotti. **Da monarquia a República:** momentos decisivos. 8. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 2007.
- FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- MARACH, C. B. **Inquietações modernas:** discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906 a 1910). 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA., 1979.
- NASCIMENTO, A. de O. Movimento escoteiro em Minas Gerais (1926-1930). **Revista Brasileira de História**, n. 7, jan./jun. 2004.
- NORONHA, O. M. **Relatório de pesquisa:** ideologia, trabalho e educação na primeira república. Campinas, 2012.
- PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica:** o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC; Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.
- PASQUINI, A. S.; TOLEDO, C. A. A. Historiografia da educação: a imprensa enquanto fonte de investigação. **Interfaces Científicas – Educação**. Aracaju, v. 2, n. 3, p. 257-267, jun. 2014.
- REIS FILHO, C. dos. **A educação e a ilusão liberal:** origens do ensino público paulista. Campinas-SP: Autores Associados, 1995.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.
- SAVIANI, D. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, D., ALMEIDA, J. S. de; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas-SP: Autores Associados, 2006.
- SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.
- SOUZA, N. L. **O projeto republicano para a educação no Paraná e o processo de (des)mistificação de Júlia Wanderley**. 2013. 121f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa Ponta Grossa, UEPG-PR, 2013.
- SOUZA, R. F. de. **Templos de civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- TAMBARA, E. Civismo e Educação na Primeira República - João Simões Lopes Neto. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, v. 13, n. 27 p. 279-292, jan./abr. 2009.
- TRINDADE, E. M. de C.; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

WARDE, M. **Liberalismo e educação**. São Paulo: PUC-SP. 1984, 161f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1984.

XAVIER, M. E. S. P. **Poder político e educação de Elite**. 3.ed. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1990.

Recebido em: 25 de Novembro de 2018

Avaliado em: 15 de Dezembro de 2018

Aceito em: 15 de Dezembro de 2018

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, da Linha de Pesquisa História e Políticas Educacionais; Mestre em Educação; Graduada em Letras. E-mail: nlaurindo@yahoo.com

2 Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG; Professora do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa; Graduada em Pedagogia. E-mail: lupadilha5@yahoo.com.br

3 Doutorado e mestrado, Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG; Professora adjunta do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: veramartiniak07@yahoo.com.br

